

APRESENTAÇÃO

Em um tempo de profundas transformações e desafios sem precedentes, a garantia da integridade eleitoral e democrática emerge como imperativo inadiável para a estabilidade e o progresso de nossas nações. O cenário político global, e em particular o das Américas, tem sido marcado por uma crescente polarização, pela tentativa de descrença nas instituições e pela disseminação massiva de desinformação, fenômenos que ameaçam os alicerces do Estado Democrático de Direito e a própria soberania popular.

Foi com a consciência dessa realidade complexa que a Escola Superior da Advocacia-Geral da União (ESAGU), por meio da Instrução Normativa ESAGU/AGU n. 10, de 19 de novembro de 2024, instituiu o Grupo de Pesquisa “Processo Eleitoral e Integridade das Eleições nas Américas”. Desde sua concepção, este Grupo tem se dedicado a ser um espaço privilegiado de diálogo, reflexão e cooperação, reunindo mentes brilhantes e comprometidas dos setores público e privado. Nosso objetivo primordial é fomentar o estudo aprofundado, o debate construtivo e a proposição de soluções jurídicas e institucionais que fortaleçam a legitimidade dos processos eleitorais e a resiliência das democracias em nossa região.

Ao longo de suas quatro reuniões – realizadas no Rio de Janeiro, em Brasília, em São Paulo (na histórica Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo – USP) e em Santiago do Chile –, o Grupo de Pesquisa consolidou-se como um fórum essencial para a troca de experiências e a construção de conhecimento. Contamos com a valiosa participação de juristas, acadêmicos e representantes de órgãos eleitorais do Brasil, Peru e Chile, que trouxeram perspectivas ricas sobre temas cruciais: o combate à desinformação e às *fake news*, a urgente regulação das redes sociais e o impacto da inteligência artificial nas eleições, os limites da judicialização do processo eleitoral, a importância da inclusão e representatividade, e o papel inarredável das instituições na garantia da lisura e legitimidade dos pleitos.

Esta publicação é o testemunho e o fruto desse esforço coletivo. Ele reúne 18 artigos de alta qualidade, elaborados por autores que não apenas participaram ativamente de nossos debates, mas que também são referências em suas respectivas áreas. Os textos aqui compilados aprofundam as discussões sobre os dilemas do Estado Democrático de Direito, oferecendo análises críticas e proposições inovadoras que são vitais para o aprimoramento de nossas práticas democráticas.

A Advocacia-Geral da União (AGU), por meio de iniciativas como o Observatório da Democracia, a Procuradoria de Defesa da Democracia e o curso “Democracia e Combate à Desinformação”, tem reafirmado

seu compromisso inabalável com a proteção das liberdades públicas e o fortalecimento das instituições brasileiras. A defesa da integridade eleitoral é, hoje, uma das tarefas centrais da Advocacia Pública, pois, sem confiança no processo, não há democracia que se sustente.

Esta obra não se limita a diagnosticar os problemas modernos que afligem as eleições; ela se propõe, sobretudo, a iluminar caminhos e a apresentar soluções. Ao congregar a expertise de diversos pensadores e profissionais do Direito, este volume oferece uma contribuição significativa para o debate público e acadêmico, reforçando a convicção de que a defesa da integridade eleitoral e democrática é uma tarefa contínua, compartilhada e essencial para o futuro de nossas nações.

Que esta publicação sirva como uma ferramenta inspiradora para todos aqueles que, como nós, acreditam na força da democracia e trabalham incansavelmente para sua perene consolidação.

João Carlos Souto

Procurador da Fazenda Nacional. Diretor-Geral da Escola Superior da Advocacia-Geral da União (ESAGU). Coordenador-Geral do Grupo de Pesquisa “Processo Eleitoral e Integridade das Eleições nas Américas”.

Professor de Direito Constitucional. Doutor “*Summa Cum Laude*” em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB). Pesquisador visitante no Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law (Alemanha).

Guilherme Pupe da Nóbrega

Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF). Presidente do Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral (COPEJE). Professor de Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Pós-doutorado pela Universidade de Granada (Espanha). Doutor e mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Allan Titonelli Nunes

Procurador da Fazenda Nacional. Coordenador de Formação e Educação Continuada da Escola Superior da Advocacia-Geral da União (ESAGU). Membro da Academia Brasileira de Direito Político e Eleitoral (ABRADEP). MBA e mestre em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV).